

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL ESTRUTURAL: dinâmica socioeconômica angolana de 2002 a 2017

### SOCIAL INEQUALITY AND POVERTY AS A STRUCTURAL SOCIAL PHENOMENON: Angolan socioeconomic dynamics from 2002 to 2017

Anacleto Aníbal Xavier Domingos<sup>1</sup>  
Osmilde Augusto Miranda<sup>2</sup>  
Milton Cassul Miranda<sup>3</sup>  
Cirila Regina Ferreira Serra<sup>4</sup>

#### RESUMO

Este ensaio tem como objetivo discorrer sobre dinâmica socioeconômica de Angola. Duas questões centrais perpassam este texto, a saber: pobreza e desigualdade. Angola passou por um processo de colonização que ao final deixou como herança uma economia dependente do setor petrolífero, além de 27 anos de guerra civil cujo fim ocorreu em 4 de abril de 2002. A abundância de recursos naturais não foi aproveitada para garantir melhores condições de vida ao conjunto da população, tornando o debate sobre o desenvolvimento socioeconômico um tema relevante para pensar o futuro deste país. O texto procura mostrar a necessidade de se discutir quem são os ricos em Angola e não apenas identificar o pobre ou os modos de vida da pobreza, isto é, procura compreender a participação das elites econômicas do país na manutenção das desigualdades e da pobreza. Utilizamos de pesquisa bibliográfica para realizar tal intento.

**Palavras-chave:** Angola. Desigualdade social. Pobreza. Setor petrolífero. Dinâmica socioeconômica.

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Território e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: domingo59xavier@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Políticas Públicas (PPGPP) pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: osmildemiranda4@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Engenharia Aeroespacial, Universidade Federal do Maranhão, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AEROESPACIAL – PPGAERO. miltoncassul@gmail.com

<sup>4</sup> Professora de História do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Mestre em História pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: cirila.serra@gmail.com

**ABSTRACT**

This essay discusses the Angolan socioeconomic dynamic. Two central issues permeate this text, namely poverty and inequality. Angola went through a process of colonization that ultimately left as a legacy an economy dependent on the oil sector, in addition to 27 years of civil war whose end occurred on April 4, 2002. The abundance of natural resources has not been used to ensure better living conditions for the entire population, making the debate on socioeconomic development a relevant topic to think about the future of this country. The text seeks to show the need to discuss who is the rich in Angola and not only identify the poor or the ways of life in poverty, it seeks to understand the participation of the country's economic elites in maintaining inequalities and poverty. We use bibliographic research to carry out this purpose.

**Keywords:** Angola. Social inequality. Poverty. Oil sector. Socioeconomic Dynamic.

**1 INTRODUÇÃO**

A dinâmica socioeconômica de Angola tem sido marcada por altos índices de pobreza e de desigualdade social, tanto em termos de rendimentos quanto em termos de riqueza (PNUD, 2019). A intensificação do debate sobre pobreza e desigualdades tem sido feito por diversos pesquisadores mundo afora, procurando mais explicações sobre as causas e medição correta destes dois fenômenos que constituem o capitalismo desde o seu nascedouro<sup>5</sup>. Buscando contribuir para esse debate, este ensaio busca analisar a dinâmica socioeconômica de Angola, refletidas nas questões sobre a pobreza e a desigualdade.

Angola é um país caracterizado por enormes bacias de petróleo, jazidas de diamantes, rios e terras férteis. Situada no sul do continente africano, na região sul do continente, possui uma extensão territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup> e uma população, segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola (RGPHA), de aproximadamente 25 milhões de habitantes distribuídos pelas suas 18 províncias (RGPHA, 2016).

Foi atravessado por um processo de colonização e ocupação por Portugal até o ano de 1975 quando se tornou independente deste, tornando-se primeiramente uma República Popular de orientação socialista de cariz marxista-leninista que durou até 1992 quando das

---

<sup>5</sup> Como nota Samir Amin (2020, p. 62), “as classes populares precarizadas representam (pelo menos) metade da população urbana mundial e muito mais que isso nas periferias. Da mesma forma os dados do PNUD (2019) mostram que a desigualdade e a pobreza cresceram em todo planeta, observando-se uma inflexão de piora nos diversos índices nas últimas décadas, sendo que cerca de “600 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza de \$1,90 por dia” (PNUD, 2019, p. 68).

eleições que marcaram a transição para a economia de mercado (FERREIRA,2005; MENEZES, 2000)

Após a promulgação da sua independência, Angola entrou em uma guerra civil que durou mais de 20 anos e que deixou indelévels consequências para o país. Silva (2018), aponta que o conflito armado fez muitas vítimas, mais de dois milhões de mortos, 1,7 milhões de refugiados e 80 mil mutilados (SILVA, 2018, p. 13).

Por ser uma economia profundamente dependente de recursos naturais, a economia angolana enfrenta dificuldades em gerar empregos formais e melhores salários para o conjunto da sua população. Para apresentar esse argumento, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: além da presente introdução e das considerações finais em que são sintetizadas as principais ideias do texto, na seção dois é apresentada uma breve análise histórica da trajetória de desenvolvimento socioeconômico angolano no período posterior ao fim da guerra civil em 2002. A seção três trata da relação lógica entre pobreza e desigualdade nas condições de desenvolvimento capitalista e inserção africana na conformação da periferia global, servindo de base para na seção quatro serem discutidos os dados recentes de Angola para esses indicadores.

## 2 A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA ANGOLANA A PARTIR DE 2002

Não há como tratar o presente do continente africano deslocado do passado colonial e escravagista a que foi submetido ao longo da história da expansão capitalista dos últimos quatro séculos que, como notou Marx (2013 [1867], p. 829), foi uma das principais bases da chamada “acumulação primitiva de capital”<sup>6</sup>. Uma história colonial que se projeta no século XX e que marca fortemente a história dos diversos povos africanos (HOBBSAWM, 2012; AMIN, 2020; RODNEY,1975)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> A acumulação primitiva de capital pode ser vista como um conjunto de interações históricas que “incluiu diversos fatores que possibilitaram o desenvolvimento do capital industrial como força autônoma” (TRINDADE, 2019), conferir Marx (2013 [1867]) e Dobb (1988).

<sup>7</sup> A análise do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo se entrelaça ao debate do colonialismo, observando-se vertentes diferentes no tratamento da questão. Autores clássicos desenvolveram diferentes análises sobre as relações coloniais, vale fazer referência aos trabalhos de Luxemburg (1985) que observou a necessária existência subordinada de economias “não capitalistas” ou “semicoloniais” como parte das condições de expansão do sistema, por outro, as teorias da chamada “dependência”, foram desenvolvidas a partir da década de 1960 buscando elucidar as relações entre “periferias subdesenvolvidas” e os “centros imperialistas” do capitalismo, como podem ser visitadas em autores como Amin (1974, 2020) e Marini (2000).

A Guerra Civil angolana ocorreu entre 1975 a 2002 e envolveu 3 agrupamentos político-militares angolanos: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) fundado em 1956; a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) fundada em 1962; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) fundado em 1966. O conflito se deu na esteira da guerra de independência que inicialmente unia estes agrupamentos, apesar de possuírem programas políticos diferentes, em torna da luta de independência de Angola. (MENEZES, 2000; LE BILLION, 2001; FRYNAS e WOOD, 2001).

O setor petrolífero, mediante o seu caráter de extroversão, insere o país em uma vulnerabilidade externa, isto é, insere-o na dependência da volatilidade do mercado internacional. Urge a redução da participação do setor petrolífero no produto interno bruto do país tendo em vista que, “quando todos os bens e serviços necessários para a atividade petrolífera são importados – sem pagamento de direitos – os lucros e dividendos são praticamente todos exportados” (ROCHA, 2014, p. 20) e não se consegue criar um volume de emprego suplante “os 11.000 trabalhadores, fica-se com um quadro claro quanto à perversidade econômica desta atividade de enclave” (ROCHA, 2014, p. 20).

Segundo Haddad (2019), os setores econômicos que mais empregam são: agrícola, cerca de 53,7% da população ocupada estão no setor de Agropecuária e Silvicultura. O grande problema é que esse é um setor praticamente de subsistência, gerando quase nenhuma massa salarial, e contribui pouco para a produção total do país (3,63%).

De acordo com Rocha (2014), o setor mais importante para a produção é o de Extração e Refino de Petróleo Bruto e Gás Natural, com 40,73% da produção total do país. Entre os setores econômicos, ele é o que apresenta a quinta maior média salarial, mas possui apenas 1,5% da população ocupada. Essa é uma característica de setores intensivos em capital, que apesar de contribuírem significativamente para a produção total, geram poucos postos de trabalho, além de estarem mais vulneráveis às instabilidades no mercado internacional.

Na seção a seguir descortinaremos o debate sobre a conceituação de pobreza, sobre os múltiplos aspectos de fenômeno imanente do modo de produção capitalista, apresentaremos pobreza como um fenômeno social estrutural do modo de produção do capitalismo.

### 3 DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL ESTRUTURAL: O DEBATE TEÓRICO

As desigualdades afetam as esferas da vida humana desde a economia, a sociedade, o aspecto político, e de paz e de segurança. O relatório procura analisar as desigualdades para além das médias, abrangendo, portanto, aspectos de multidimensionalidade no que tange o debate das desigualdades e pobreza (PNUD, 2019).

Para Salama e Valier (1997, p.12) desigualdade e pobreza são fenômenos sociais e estruturais que se integram a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo em suas diversas latitudes, segundo eles as “desigualdades de renda e, com elas, a extensão da pobreza têm origens (...) nos traços culturais, históricos e nos diversos padrões de inserção dessas economias na economia mundial”.

A partir desta percepção podemos reforçar quatro elementos que dão a tônica para acentuada desigualdade econômica e pobreza presentes nas sociedades africanas: i) primeiramente o passado colonial e, principalmente, escravagista que conformou essas sociedades nos últimos cinco séculos. Deste modo a presença de fatores que estabeleceram a custódia dos povos africanos aos interesses comerciais coloniais definiu bases culturais e históricas de grande negatividade; ii) a permanência de conflitos entre diferentes povos, muito estimulados pelas potências coloniais que aprofundaram condições patrimonialistas; iii) a manutenção do sistema de dependência econômica e neocolonial em diversos casos, o que estabeleceu uma soberania restringida nos aspectos tecnológicos, financeiros e sociais, muito especificamente, alimentares; iv) por fim, os limites de organização soberana do Estado nacional, sendo em grande medida mantidos na forma de Estados de baixa autonomia e não soberanos.

Segundo Yang (2017) e Abreu (2013), não existe uma forma única de conceituar e mensurar a pobreza ou a desigualdade. Para Abreu (2013), pobreza é um fenômeno que pode significar coisas diferentes para diferentes sociedades. Existem diferentes visões sobre o que venha a ser o mínimo de qualidade de vida e sobre como a disparidade entre os menos e os mais abastados devia ser definida na sociedade. Análise da pobreza consiste em duas fases básicas: a primeira consiste em identificar quem é o pobre e a segunda consiste em sintetizar as informações coletadas sobre esse indivíduo e transformá-las em uma medida de pobreza

para a sociedade. Ainda segundo ela, a identificação do pobre requer uma definição de uma linha de pobreza e esta pode, por sua vez, ser vista como absoluta e relativa (YANG, 2017).

A pobreza absoluta diz respeito a uma situação em que mesmo ocorrendo uma mudança no padrão de vida geral da população o nível de recursos de um indivíduo considerado pobre não muda ao longo do tempo, ao passo que esse nível de recursos muda com o padrão de vida geral da população na compreensão da pobreza como um conceito relativo. O conceito de desigualdade já é por definição um conceito relativo, está ligado à distribuição de recursos e oportunidades entre indivíduos, entre grupos de uma população ou entre países (YANG, 2017).

Embora uma grande parte dos trabalhos sobre pobreza e desigualdade mantenham o foco na renda, existem vertentes de longa data de literatura que se concentram em noções mais amplas de vantagem e desvantagem (OLIVEIRA, 2013; PNUD, 2019). Estes trabalhos se expandem para além dos indicadores de recursos e resultados econômicos e levam em consideração componentes mais amplos da qualidade de vida.

O mais comum nas pesquisas sobre pobreza e desigualdade é a mensuração destes fenômenos do ponto de vista da renda. Yang (2017) mostra que a renda não é apenas monetária, como salários e bônus, mas também poupança, aposentadoria e outras rendas recebidas do Estado. Segundo ela, é preciso se levar em conta também, para além dos fluxos de renda, os estoques de riquezas como um fator para a análise dos domicílios.

A medição da privação de bens e serviços materiais fornece uma visão dos bens e serviços que alguns indivíduos ou domicílios são privados de posse. Amartya Sen (1980; 2000) inaugurou, dentro das pesquisas sobre pobreza e desigualdades, a abordagem multidimensional das capacidades, isto é, em termos de capacidades e conquistas nas mais variadas dimensões da vida – do qual se baseia o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2019.

Segundo Yang (2017),

a abordagem da capacidade propõe que o bem-estar seja avaliado principalmente de acordo com o grau de liberdade que as pessoas têm para alcançar múltiplos "seres e ações" que eles valorizam. Sen propõe que estes podem variar "dos elementos físicos como sendo bem nutridos, estando adequadamente vestidos e protegido, evitando morbidade evitável, e assim por diante, para mais complexas conquistas sociais, como participar da vida da em comunidade, ser capaz de aparecer em público sem vergonha, e assim por diante (YANG, 2017, p. 11<sup>8</sup>).

---

<sup>8</sup> Tradução do inglês feita pelos autores.

A abordagem de Sen (1980, 2000) tem várias limitações que podemos externar, porém não vamos desenvolvê-las neste espaço, deixando para um próximo trabalho: i) como já observado se apresenta enquanto uma visão subjetiva de pobreza, o que torna esta forma social como uma condicionante apriorística e não sistêmica. Da mesma forma a ideia de pobreza subjetiva converge para uma naturalização da mesma; ii) não compreende a interação entre fatores históricos que definem as desigualdades sociais, o que torna a pobreza um fator a-histórico, próprio das concepções positivistas; iii) não considera os fatores estruturais, entre eles a ordem econômica baseada nas relações de dependência, subdesenvolvimento e de comando econômico imperialista que, em grande medida, impõe fluxos de transferência de riqueza e renda dos países periféricos aos países centrais, como demonstram, entre outros, Amin (2020) e Roberts (2016); iv) um dos aspectos mais importantes do atual ciclo capitalista, denominado de neoliberal é o aprofundamento das desigualdades sociais e das condições de pobreza ao nível mundial, como notam, entre outros, Salama e Valier (1997) e Hobsbawm (2012). Feito esse debate sobre os conceitos de desigualdade social e pobreza, faremos na seção seguinte uma discussão sobre os desdobramentos da pobreza e da desigualdade social em Angola no período pós guerra civil.

#### **4 OS DESDOBRAMENTOS RECENTES DA POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL EM ANGOLA**

A literatura marxista propõe que a solução das desigualdades e da pobreza é a própria superação do modo de produção capitalista (PEET, 1975; CARVALHO, 2018; SALAMA & VALIER, 1997), porém, como já exposto anteriormente, as diferentes formações sociais também demarcam condições de desigualdade e grandezas de pobreza distintas, por exemplo, as desigualdades de renda são diferentes conforme os países, assim o Coeficiente de Gini é bem superior entre os países da América do Sul e África em relação aos países do sul da Ásia, como mostram Salama e Valier (1997, p. 14). Assim, fatores de mitigação possível também estão no horizonte de percepção de autores marxistas, mas o centro para uma ruptura mais radical com os indicadores de pobreza característicos do subdesenvolvimento estaria em processos de ampliação da soberania dessas nações, entendido as cinco dimensões de soberania apontadas: tecnológica, financeira, ambiental, alimentar e política (TRINDADE, 2022).

O objetivo desta seção é analisar a questão das desigualdades sociais e pobreza em Angola. Muitos trabalhos têm sido escritos sobre os pobres em Angola, grande parte deles

tomam o período de guerra como a fonte dos desequilíbrios nos indicadores de pobreza e desigualdades no país (OLIVEIRA, 2012 e 2013; RODRIGUES, 2013; ABREU, 2013). Contudo, pouco ou quase nada é escrito sobre os ricos em Angola.

Segundo Medeiros (2003), desigualdade e riqueza estão relacionadas, “pois os ricos fazem parte do extremo superior da distribuição em que, na base, se encontram os pobres” (MEDEIROS, 2003, p. 16). Ainda, segundo este autor, o vínculo entre pobreza e riqueza reside no fato de que é possível transferir para os pobres uma parte dos recursos dos ricos e com isso, erradicar a pobreza por meio da redução dos níveis de desigualdade.

No que concerne à incidência da pobreza em Angola, o IBEP realizado entre 2008 e 2009 mostra que a incidência era de 37%, o que significa dizer que 37 de cada 100 angolanos tinham um nível de consumo abaixo da linha da pobreza. A diferença entre a área urbana e rural é significativa porque o nível de incidência da pobreza é três vezes maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (58% e 19%, respectivamente). A população pobre está concentrada desproporcionalmente nas áreas rurais, porque 45% da população total vive nas áreas rurais em comparação com 72% da população pobre (IBEP, 2013).

Segundo Medeiros (2003), estudar os estratos ricos, do ponto de vista do combate à pobreza e à desigualdade justifica-se por duas razões básicas. Primeiro, porque os estratos ricos detêm poder. Uma parte da população mais rica compõe as elites políticas e empresariais cujas ações afetam diretamente uma grande massa de pessoas, inclusive os pobres. Segundo, porque os estratos ricos detêm uma grande parte da riqueza do país. Uma forma de se melhorar as condições de vida da população mais pobre é a redistribuição das riquezas na sociedade. Se esta redistribuição consiste em transferências dos indivíduos que têm mais riqueza para os que têm menos, é natural que os ricos sejam negativamente afetados por medidas redistributivas. Por estas razões, é desejável saber quem constitui o grupo dos mais ricos, tanto para avaliar o que pode motivar conflitos de interesse entre ricos e não ricos quanto para saber como medidas igualitaristas afetam esta população (MEDEIROS, 2003).

Segundo Piketty (2013), no que concerne a desigualdade de renda, a desigualdade de capital é sempre extrema e que a distribuição do capital e das rendas que dela provêm é sempre sistematicamente mais concentradora do que a renda do trabalho. Segundo ele, as rendas podem ser analisadas como sendo o somatório da renda do trabalho e do capital, formando assim a renda total. No que concerne à análise das desigualdades em Angola é sempre

complicado devido à falta de dados disponíveis e, como mostra o relatório da PNUD (2019), amplia-se por causa da falta de transparência na elaboração dos dados.

Segundo os dados do World Inequality Database, houve, em Angola, um aumento da renda dos 10% mais ricos no país, assim como também houve um aumento da renda do 1% mais rico. Os extratos da classe média, isto é, dos 40% do meio, sofreram um recuo em sua renda, mas mais acentuado ainda nos 50% da base da pirâmide (Tabela 1).

De 2010 a 2017, ocorre uma redução da renda dos 50% mais pobres da população (na ordem de 2,23%), a renda sai de 11,59% para 9,36%, a queda na distribuição do rendimento dos 40% do meio, sai de 37,34% em 2010 para 33,05% em 2017. Por outro lado, os 10% mais ricos viram o rendimento saltar de 51,06% em 2010 para 57,14% em 2017, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1** - Desigualdade total da renda em Angola de 2010 a 2017

Ano	50%	40%	10%	1%
2010	11,59	37,34	51,06	17,44
2011	11,27	36,79	51,93	18,51
2012	10,95	36,24	52,8	19,58
2013	10,63	35,69	53,67	20,65
2014	10,31	35,14	54,54	21,72
2015	9,99	34,6	55,41	22,78
2016	9,67	34,05	56,28	23,85
2017	9,36	33,5	57,14	24,91

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do World Inequality Database.

Outros indicadores que corroboram esta situação, são apresentados no relatório sobre o desenvolvimento humano de 2019. Em um total de 189 países, Angola se encontrava na 149ª posição em 2018, caiu duas posições em relação a 2017. A esperança de vida teve um ligeiro aumento, 60 anos e 8 meses em 2018, enquanto os indicadores de anos de escolaridade ficaram na média dos países africanos como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2** - Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes, 2018, Angola

Índice de Desenvolvimento Humano	0,574
Esperança de vida à nascença	60,8

Anos de escolaridade esperados	11,8
Média de anos de escolaridade	5,1
Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	5.555
Classificação do IDH em 2017	147
Classificação do IDH em 2018	149

Fonte: PNUD, 2019.

O índice de desenvolvimento angolano, quando ajustado à desigualdade cai para 0,392 com uma perda global de 31,8%, a desigualdade na esperança de vida vai para 32,0%, a desigualdade na educação é de 34,3%, a desigualdade renda é de 28,9%.

A situação da desigualdade da renda também pode ser observada pela análise das Contas Nacionais de Angola. A participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional não chega a 30%, tendo um ligeiro aumento em 2009 (29%), porém volta a cair em 2017.

Em relação às diversas formas das rendas do capital, isto é, do conjunto de rendas recebidas sobre títulos de propriedade do capital, independentemente de qualquer trabalho e da denominação jurídica formal (aluguéis, dividendo, juros, royalties, lucros, ganhos de capital) (PIKETTY, 2013). Os dados das Contas Nacionais de Angola (2002-2017) apontam que, a renda do capital tinha uma participação de 76% do PIB em 2002, reduzindo para 68% em 2009, mas voltando ao patamar de 2002 em 2017.

A economia ainda está fortemente propensa a sofrer os impactos dos movimentos do mercado externo que causa vários estrangulamentos no balanço de pagamentos angolano, com fortes reflexos na economia doméstica - reduzindo a atividade econômica.

No âmbito do melhoramento da qualidade de vida, isto é, aumento do bem-estar social, ocorreu um movimento contrário às altas taxas de crescimento do produto que ocorreram no pós-guerra civil. O que se viu ao longo dos anos foram promessas reiteradas de diversificação da economia, aumento de emprego e renda, assim como promessas de redução da pobreza e das desigualdades, que não são observadas quando se analisa os dados do país. Quase duas décadas depois do conflito armado, o que se vê, é o empobrecimento mais acentuado dos 50% da base social angolana, e uma quase extinção da possível classe média que estava se formando até 2014 em Angola. Por outro lado, houve um aumento da riqueza dos mais ricos, criando a necessidade de mais estudos sobre a riqueza em Angola focadas nos percentis mais ricos, para se compreender melhor o poder social que esta camada está angariando na sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente texto procurou discorrer duas questões especiais: a pobreza e a desigualdade. O país passou por um processo de colonização portuguesa, que ao fim deixou como herança uma relação econômica de característica primário-exportadora, além de 27 anos de guerra civil. A abundância de recursos naturais, não foi aproveitado para garantir melhores condições de vida para o conjunto da população, o que torna o debate sobre o desenvolvimento socioeconômico um tema relevante para pensar o futuro do país.

O texto abordou os conceitos de pobreza e desigualdade e sobre como estes dois fenômenos estão relacionados. O argumento desenvolvido ao longo do trabalho busca reforçar que a incidência desses dois problemas dificulta o real desenvolvimento social e econômico em uma determinada sociedade. A superação dessa condição precisa levar em consideração tanto a formação histórica do país quanto as dinâmicas econômicas recentes, manifestas na estrutura produtiva do país.

Mostramos ainda que, nos últimos anos a renda detida pelos 50% mais pobres da população angolana e dos 40% do meio caiu de 2010 a 2017 enquanto a renda dos 10% mais ricos teve um aumento considerável. Estes cenários podem ser vistos também do ponto de vista das diversas óticas das Contas Nacionais de Angola.

Em suma, procuramos mostrar a necessidade de se discutir quem são os ricos em Angola e não apenas ficar preso na questão da identificação do pobre ou sobre os modos de vida da pobreza. Compreender a forma como a riqueza é produzida, passa por entender as elites econômicas do país, as tomadas de decisão influenciadas pelos grupos de pressão e com isso identificar os diversos conflitos sociais advindos das desigualdades e da pobreza, de modo a construir um país com uma distribuição mais equitativa da riqueza.

## REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ABREU, Cesaltina. **Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã**. Revista Angolana de Sociologia [Online], 9 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013, URL:<http://journals.openedition.org/ras/440>;DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.440>.

ALENCASTRO, Mathias. **A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015)**. Novos Estudos. CEBRAP | São Paulo | vº 39, nº 0 | 125-141 | JAN-BR. 2020.  
<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202000010007>

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. **Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos**. EM PAUTA, Rio de Janeiro \_ 1o Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 122 – 138.

CONH, S. M. **Reintroducing Macroeconomics: A Critical Approach**. New York: M. E. Sharpe, 2006.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

HADDAD, E. A., PEROBELLI, F. S. E ARAÚJO, I, F. Matriz de Insumo-Produto para Angola, 2012 (Nota Técnica). **TD NEREUS 08-2019**, Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP (NEREUS), 2019.

FERREIRA, Manuel Ennes. **Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola**. RELAÇÕES INTERNACIONAIS JUNHO: 2005, 06. Disponível em :  
<http://www.adelinotorres.info/africa/M%20Ennes%20Ferreira-Realeconomie%20e%20Realpolitik%20nos%20Recursos%20Naturais%20de%20Angola.pdf>.

FRYNAS, Jędrzej George; WOOD, Geoffrey. **Oil & war in Angola**. Review of African Political Economy, 587-606, 2001. DOI: 10.1080/03056240108704568. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1080/03056240108704568>

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009. INE – **Noções Gerais sobre o Recenseamento Geral da população e Habitação** (RGPH-2014), Luanda, 2013.

LE BILLION, Philippe. **Angola's political economy of war: the role of oil and Diamonds**, 1975;2000. African Affairs, 100, 55;80, 2001. Disponível em:  
<https://www.jstor.org/stable/3518372>.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação de Capital. São Paulo: Abril cultural, 1985.

MARINI, R. M. A dialética da dependência. In: SADER, Emir. Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política (Livro I) [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os Ricos ricos: um estudo sobre fatores que determinam a riqueza**. Brasília: 2003, Tese.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: EdUnB, 2012.

MENDONÇA, L. J. V. P. **Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen**. **Textos e Contextos**, v. 11, n. 1, p. 65 – 73, 2012.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

OLIVEIRA, Sílvia de. **Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 48, N. 1, p. 29-40, jan/abr 2012

OLIVEIRA, Sílvia de. **Modos de vida da pobreza em Angola**. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 9 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013, URL: <http://journals.openedition.org/ras/457> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.457>.

OSÓRIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEET, Richard. **Inequality and Poverty: A Marxist-Geographic Theory**. *Annals of the Association of American Geographers* , , Vol. 65, No. 4, pp. 564-571, Dec., 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2562423>

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Intrínseca, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: As desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/relatorio-do-pnud-lanca-luz-sobre-nova-geracao-de-desigualdades>

RGPHA – **Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. Luanda, 2014.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Salários, distribuição de rendimento e crescimento equitativo**. Luanda: Mayamba, 2014.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. **Pobreza em Angola: efeito da guerra, efeitos da paz**. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 9 | 2012, posto online no dia 11 dezembro 2013. URL: <http://journals.openedition.org/ras/451>; DOI: 10.4000/ ras.451.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Nova Seara, 1975

SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. **Pobrezas e Desigualdades no 3º Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SEN, A. **'Equality of What?'**. in: *Tanner Lectures on Human Values, Volume 1*, Cambridge University Press, Cambridge, 1980.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências**. NEARI EM REVISTA | V.4 N.5 2018.1 | ISS 2447-2646.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. *O ovo da serpente: a dívida pública e os condicionantes históricos de formação do capitalismo*. *Crítica marxista*, nº 46, p. 61-81, 2019.

TRINDADE, J. R. B. & OLIVEIRA, W. P. de. Padrão de especialização primário-exportador e dinâmica de dependência no período de 1990-2010 na economia brasileira. *Ensaio FEE*, v.37, n. 4 (2017).

YANG, L. **The relationship between poverty and inequality: *concepts and measurement***. CASEpaper 205/LIPpaper 2, London School of Economics. 2017.